

Presidente garante a Serra que Ministério da Saúde terá dinheiro

Se voltar ao governo, tucano terá novo imposto para financiar pasta, afirma Fernando Henrique

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA – O senador José Serra (PSDB-SP) recebeu do presidente Fernando Henrique Cardoso a garantia de que terá um ministério rico, caso aceite o convite para assumir a pasta da Saúde. Ao anunciar, antecorrendo, para uma platéia de 957 prefeitos, a intenção de criar uma fonte de financiamento estável para o setor, o presidente estava repassando a conversa que tivera com Serra na véspera. A proposta de Fernando Henrique ao ex-ministro do Planejamento foi clara: se voltar ao governo, Serra terá até um novo imposto, de caráter permanente, para financiar as ações do Ministério da Saúde. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o chamado imposto do cheque, será extinta em janeiro do ano que vem.

A criação do novo imposto é, segundo fontes do Palácio do Planalto, assunto para depois das eleições, pois envolve aprovação do Congresso. Neste momento, os líderes dos partidos aliados concentram-se na conclusão da reforma da Previdência, última grande meta a ser alcançada pelo governo neste mandato. Criar um imposto

para um ministro tucano, de grande desenvoltura, como Serra, em ano de campanha eleitoral, é algo impensável para uma base que, unida no Congresso, disputa as eleições em palanques separados nos Estados.

Para assumir o posto já, no entanto, o senador tem outra garantia do presidente: a verba orçamentária da Saúde não será mais reduzida ou contingenciada, como vem acontecendo. Premiada com a arrecadação da CPMF – prevista em R\$ 7 bilhões para 1998 –, o Ministério da Saúde tem perdido recursos do Orçamento para outras áreas do governo. Em 1997, por exemplo, enquanto os gastos do governo aumentaram em média 37%, os da Saúde, mesmo com CPMF, subiram 24%. O ex-ministro Adib Jatene, criador do imposto provisório, deixou o governo acusando a equipe econômica de desviar para outros gastos a verba da contribuição, impedindo o planejado aumento de investimentos na área da saúde.

Exigência – Serra ainda não disse “sim” ao presidente, mas deixou claro que não aceita, num eventual retorno ao governo, sofrer com falta de verbas. “Eu não quero passar de novo pelo que já

passai”, disse a amigos, mencionando alegadas dificuldades com a Fazenda e o Tesouro na época em que transferiu, para seu Ministério do Planejamento, as áreas de Habitação, Bem-Estar Social e Desenvolvimento Regional, todas sedes de recursos. No Planalto, no entanto, confia-se que, aceitando o cargo, Serra saberá encontrar dinheiro onde seus antecessores só achavam portas fechadas.

Resta, para o presidente Fernando Henrique, além de aguardar um “sim” de Serra, encontrar uma saída honrosa para o ministro Carlos Albuquerque.

Ele teme repetir com Albuquerque – indicado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza – a situação desagradável que proporcionou, em 1986, à ex-ministra Dorothea Werneck, demitida da In-

dústria e do Comércio para abrir ao PPB uma vaga no governo. Além disso, a volta de Serra é um problema para os aliados concorrentes do PFL. Como costuma dizer o presidente, o Ministério da Saúde é “um pepino” para qualquer ser humano, mas seria uma plataforma eleitoral gigantesca para quem conseguir sucesso na missão.

VERBA
ORÇAMENTÁRIA
NÃO SERÁ
REDUZIDA

■ Colaboraram Sônia Cristina Silva e Ribamar Oliveira